



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

## Lei nº 384/2016.

**“Dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências”**

O Povo do Município de Fruta de Leite, Estado de Minas Gerais, por seus representantes à Câmara Municipal aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

### Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 165 da Constituição Federal de 1988, nas normas da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Fruta de Leite relativo ao exercício de 2017, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI - definição de critérios para início de novos projetos;
- XII – definição de despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – disposições sobre a dívida pública;
- XIV – disposições sobre o orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta;
- XV – das disposições gerais e finais.

### Seção I

#### Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

Art. 2º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do município e as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2017 correspondem às ações especificadas





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e as ações estabelecidas no Plano Plurianual relativo ao período de 2014-2017, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, tanto no aspecto das metas físicas quanto das metas financeiras.

§ 1º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput desse artigo.

§ 2º - O projeto de Lei Orçamentária para 2017 conterá demonstrativo de observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

## Seção II

### Orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária Anual

Art. 3º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2017 deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, promovendo a participação popular nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão implantar e manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações exigidas pela Lei Complementar 131/2009, como também devem publicar o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 4º - As categorias de programação de que trata essa Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, além da fonte e destinação de recursos, de acordo com as codificações da Portaria SOF/STN 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores, da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017 e Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 5º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017, a despesa será discriminada no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, além das fontes e destinação de recursos, de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações.

§ 1º - A lei orçamentária anual deverá estar acompanhada do Quadro de Detalhamento de Despesa, no qual serão informados os elementos de despesa, de acordo com a Instrução Normativa 05/2011 do TCE/MG e suas alterações.

Art. 6º - O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 7º - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – documentos referidos nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

- I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República;
- III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 22 da Lei nº 11.494/2007;
- IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;
- V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 8º - As estimativas de receitas e a fixação de despesas para o exercício de 2017 a serem consideradas nos Anexos de Metas Fiscais, deverão obedecer às diretrizes constantes desta Lei e poderão ser adequadas às possíveis variações que possam ocorrer até a elaboração da proposta orçamentária.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* do artigo, os ajustes necessários serão realizados preferencialmente no valor da Reserva Para Contingenciamento.

§ 2º - O projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como das alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidos nesta lei.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

Art. 9º - O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao setor de planejamento do Poder Executivo, até o dia 29-07-2016, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 10 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11 - A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação do Setor Jurídico do Município.

Art. 12 - Na fixação das despesas para o exercício de 2017, será assegurada a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% (quinze por cento) nas ações e serviços públicos de saúde.

## **Subseção Única**

### **Da definição do Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência**

Art. 13 – A Lei Orçamentária conterà dotação para a reserva de contingência de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais, observado o disposto nos arts. 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e no art. 8º da Portaria Interministerial 163 de 2001.

## **Seção III**

### **Disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários**

Art. 14 - A despesa com pessoal do município não poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) do total da receita corrente líquida.

Art. 15 - A repartição do limite constante do artigo anterior não poderá exceder os seguintes percentuais:

- I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 16 - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, a adoção de medidas não deverá prejudicar o atendimento à saúde, educação e assistência social do município.

Art. 17 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estipulados para cada Poder, à realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Art. 18 - Desde que obedecidos os limites para gastos com pessoal, definidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, os Poderes Municipais, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, corrigir ou aumentar remuneração dos Servidores e Subsídios dos Agentes Políticos, conceder vantagens fixas e variáveis, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma disposta em lei.

Art. 19 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso sejam ultrapassados os limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei:

I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas-extras;

III - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

IV – exoneração dos servidores não estáveis.

## Seção IV

### Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

Art. 20 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas ou vinculados a programas sociais do Município, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes, conforme art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 21 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme art. 14, §3º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme art. 14, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 23 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2017, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre os quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão.

III – aperfeiçoamento dos processos administrativo-tributários, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 24 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 – Centro – (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Sobre Imóveis;

VI - instituição de Taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exeqüível a sua cobrança;

X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 25 - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

## Seção V

### Equilíbrio entre receitas e despesas

Art. 26 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 27 - Os projetos de Lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do município para o exercício de 2017 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição das receitas ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2017 a 2019, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo Único - Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a) A implantação das medidas previstas nos arts. 23 e 24 desta Lei;

a) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;

b) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

II – para redução das despesas:

- a) Implantação de rigorosa pesquisa de preço, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

## Seção VI

### Crítérios e formas de limitação de empenho

Art. 29 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2017, prioritariamente nas seguintes despesas:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§1º - Excluem-se do caput desse artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal, as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e com os precatórios judiciais.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º - Os poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 4º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016.

§ 5º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

## Seção VII

### Normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

Art. 30 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação de resultados dos programas de governo.

Art. 31 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º - A Lei Orçamentária de 2017 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo".

§ 2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e ordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo, pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

## Seção VIII

### Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas

Art. 32 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação e ou cultural;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública;

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, que deve ser emitido por autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 33 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de auxílios e contribuições para entidade pública e/ou privada, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

II – associações de promoção municipal e/ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituído e signatário de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 34 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades públicas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 35 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferências financeiras a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesse local, observado as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36 - As entidades beneficiadas com os recursos e as entidades previstas nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Executivo e Poder Legislativo com finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 37 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 33 a 35 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º - Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º - Excetua-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 38 - É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único - As normas do *caput* deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde, ou a pessoas físicas constantes do cadastro de assistência social do município.

Art. 39 - A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

Parágrafo Único - O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

## Seção IX

### Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação

Art. 40 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam, claramente, o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

## Seção X

### Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso

Art. 41 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 com vistas ao cumprimento das metas de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º - Para atender ao *caput* deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15(quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – o cronograma bimestral de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento, agrupadas por grupo de natureza de despesa;

III – o cronograma de pagamentos mensais de despesas incluídos os restos a pagar, esses últimos identificados em processados e não processados, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º – Para atender ao *caput* deste artigo, o Poder Executivo elaborará demonstrativo contendo:

I - a previsão de arrecadação da receita desdobrada em metas bimestrais, classificadas em dois grupos - receitas de natureza financeira, que reúne





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens, e receitas não-financeiras, reunindo as demais receitas do orçamento;

II - o cronograma bimestral de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento agrupadas por grupo de natureza de despesa;

III - o cronograma de pagamentos mensais de despesas, incluídos os Restos a Pagar, esses últimos identificados em processados e não processados;

IV - a previsão de resultados primários, desdobrada por bimestre, de forma a garantir o cumprimento da meta estabelecida nesta lei.

§ 3º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão ou local oficial de publicação do Município até 30(trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017.

## Seção XI

### Da definição de critérios para início de Novos Projetos

Art. 42 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2017 e seus créditos adicionais, observando o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual 2014-2017 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos.

Parágrafo único - Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2017, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício subsequente.

## Seção XII

### Da definição das despesas consideradas irrelevantes

Art. 43 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e outros serviços e compras.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

## Seção XIII

### Das disposições sobre a dívida pública

Art. 44 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 45 – Na Lei Orçamentária para o exercício de 2017, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 46 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 47 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação da receita – ARO, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

## Seção XIV

### Disposições Sobre o Orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta

Art. 48 - As despesas do Poder Legislativo e da Administração Indireta constarão da proposta orçamentária para o exercício de 2017, em programa de trabalho próprio, detalhado, conforme aprovado em Resoluções do órgão colegiado específico, observando o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 49 - A Câmara Municipal e os Órgãos da Administração Indireta enviarão mensalmente ao Poder Executivo, no prazo máximo de 20 dias após o encerramento de cada mês as suas respectivas demonstrações contábeis para serem consolidadas na Prefeitura Municipal e posteriormente publicadas para efeito da Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, em atendimento à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º - As demonstrações contábeis a serem enviadas à Prefeitura Municipal para consolidação deverão refletir o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) que é de observância obrigatória para todos os entes da Federação, e alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

Aplicadas ao Setor Público (NBCT SP) e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

§ 2º - Serão também enviados juntamente com as demonstrações contábeis para consolidação, relatório contendo as informações que serão enviadas ao TCE/MG no módulo SICOM – Balancete Contábil, de acordo com a Instrução Normativa TCE/MG 03/2015.

§ 3º - As demonstrações contábeis a serem enviadas à Prefeitura Municipal pelos consórcios públicos constituídos de acordo com a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 deverão refletir as normas gerais de consolidação das contas dos consórcios determinadas pela portaria 72 de 01 de fevereiro de 2012 expedida pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

Art. 50 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual estabelecido no Inciso I, do artigo 29-A, da Constituição Federal, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências prevista no § 5º, do Art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§1º - Em conformidade com o inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009, o percentual destinado ao Poder Legislativo para cobertura de suas despesas totais, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento).

§2º - É vedado o repasse para atender despesas estranhas às atividades legislativas e superiores ao limite constante do caput do Artigo.

§3º - O Poder Legislativo não poderá gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com a folha de pagamento, incluindo os gastos com o subsídio dos vereadores.

§4º - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, obedecendo ao que determina o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.

## Seção XV

### Das Disposições Gerais e Finais

Art. 51 - As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, por meio de Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 52 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual para 2017 conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º - A alteração ou inclusão de elementos de despesa dentro do Quadro de Detalhamento de Despesas que acompanha a Lei Orçamentária Anual não serão considerados como abertura de créditos adicionais e, portanto, não impactarão o limite percentual de abertura de créditos adicionais autorizado na Lei Orçamentária Anual para 2017, desde que fique limitado aos valores aprovados para as categorias de programação definidas por esta Lei.

Art. 53 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme dispostos no art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/1964.

Art. 54 - Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer através de decreto a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, justificadamente, de acordo com as disposições constantes do art. 167, VI da Constituição Federal.

Art. 55 - Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar ou acrescentar novas fontes de recursos nas categorias de programação orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2017 através de decreto, quando estas fontes não estiverem sido previstas ou seu valor se tornar insuficiente nas categorias de programação constantes da Lei Orçamentária Anual.

Art. 56 - Em cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao regime de previdência dos servidores municipais.

Art. 57 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 58 - As emendas ao projeto de lei orçamentária para 2017 deverão ser compatíveis com os programas, ações, metas e objetivos constantes do Plano Plurianual do município para o quadriênio 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) dotações financiadas com recursos vinculados;
- e) dotações referentes à contrapartida.

X





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE

CEP 39558-000 – Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.483/0001-48

Avenida Montes Claros, 900 - Centro - (38) 3841-9101 / 9102 / 9104

[www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br) - [prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:prefeitura@frutadeleite.mg.gov.br)

§ 2º - Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual não poderão contemplar a transferência de recursos a entidades privadas.

§ 5º - Ao projeto de lei do orçamento anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço, sendo necessário a apresentação de projeto básico que comprove a viabilidade técnica e financeira para sua execução.

Art. 59 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 60 - Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar 1/12 (um doze avos) por mês das dotações orçamentárias correntes constantes da proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.


§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 61 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais;

Art. 62 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fruta de Leite, 11 de julho de 2016.

  
Nixon Marlon Gonçalves das Neves  
Prefeito Municipal

Esta norma foi publicada no  
Quadro de Avisos da Prefeitura  
Municipal de Fruta de Leite no  
dia 15/07/2016, nos termos da  
Lei Orgânica do Município.

Fruta de Leite/MG 15/07/2016

  
Tatiane Aparecida Ribeiro  
Assistente Administrativo II  
Matrícula: 001522





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO I - METAS ANUAIS art.4º,§1º da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a X 100) (PIB X 1000)	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b X 100) (PIB X 1000)	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c X 100) (PIB X 1000)
Receita Total	20.875.000,00	19.693.396,23	--	22.185.000,00	19.808.035,71	--	23.578.000,00	19.981.355,93	--
Receitas Primárias(I)	20.393.000,00	19.238.679,25	--	21.676.000,00	19.353.571,43	--	23.041.000,00	19.526.271,19	--
Despesa Total	20.875.000,00	19.693.396,23	--	22.185.000,00	19.808.035,71	--	23.578.000,00	19.981.355,93	--
Despesas Primárias(II)	20.705.000,00	19.533.018,87	--	22.004.000,00	19.646.428,57	--	23.385.000,00	19.817.796,61	--
Resultado Primário(III)=(I-II)	-312.000,00	-294.339,62	--	-328.000,00	-292.857,14	--	-344.000,00	-291.525,42	--
Resultado Nominal	100.000,00	94.339,62	--	100.000,00	89.285,71	--	100.000,00	84.745,76	--
Dívida Pública Consolidada	1.100.000,00	1.037.735,85	--	1.200.000,00	1.071.428,57	--	1.300.000,00	1.101.694,92	--
Dívida Consolidada Líquida	900.000,00	849.056,60	--	1.000.000,00	892.857,14	--	1.100.000,00	932.203,39	--

Nota: O cálculo das metas acima foi realizado considerando-se o seguinte cenário macro-econômico

Variáveis	2017	2018	2019
PIB real (crescimento % anual)	0,30	0,30	0,30
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual)	12,50	12,50	12,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano)	4,10	4,10	4,10
Inflação média(%anual)projetada com base em índices oficiais de inflação	6,00	6,00	6,00
Projeção do PIB do estado - R\$ milhares	0,00	0,00	0,00

Metodologia de cálculo dos valores constantes

2017	2018	2019
Valor Corrente/1,0600	Valor Corrente/1,1200	Valor Corrente/1,1800

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS NEVES  
Prefeito Municipal

EUDINEI MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Discriminação	I Previstas (a)	II Realizadas (b)	Variação(II-I)	
			Valor (c)=(b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	21.190.275,83	14.230.797,76	-6.959.478,07	-32,84
Receita Não-Financeira (I)	19.289.875,83	12.384.841,45	-6.905.034,38	-35,80
Despesa Total	19.390.525,83	12.712.353,43	-6.678.172,40	-34,44
Despesa Não-Financeira (II)	19.170.697,32	12.611.544,73	-6.559.152,59	-34,21
Resultado Primário (III)=(I-II)	119.178,51	-226.703,28	-345.881,79	-290,22
Resultado Nominal	0,00	561.644,71	561.644,71	
Dívida Pública Consolidada	821.832,53	821.832,53	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	561.644,71	561.644,71	0,00	0,00

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS  
Prefeito Municipal

EUDINEI MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp.Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as dos Três exercícios Anteriores art.4º §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
Receita Total	13.553.960,04	12.549.911,20	--	19.880.000,00	--	20.875.000,00	--	22.185.000,00	--	23.578.000,00	--	
Receitas Primárias(I)	13.425.472,36	12.384.841,45	--	19.468.000,00	--	20.393.000,00	--	21.676.000,00	--	23.041.000,00	--	
Despesa Total	13.037.701,75	12.712.353,43	--	19.880.000,00	--	20.875.000,00	--	22.185.000,00	--	23.578.000,00	--	
Despesas Primárias(II)	12.830.216,77	12.611.544,73	--	19.700.000,00	--	20.705.000,00	--	22.004.000,00	--	23.385.000,00	--	
Resultado Primário(III)=(I-II)	595.255,59	-226.703,28	--	-232.000,00	--	-312.000,00	--	-328.000,00	--	-344.000,00	--	
Resultado Nominal	0,00	561.644,71	--	238.355,29	--	100.000,00	--	100.000,00	--	100.000,00	--	
Dívida Pública Consolidada	0,00	821.832,53	--	1.000.000,00	--	1.100.000,00	--	1.200.000,00	--	1.300.000,00	--	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	561.644,71	--	800.000,00	--	900.000,00	--	1.000.000,00	--	1.100.000,00	--	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
Receita Total	15.867.621,02	13.888.986,73	--	19.880.000,00	--	19.693.396,23	--	19.808.035,71	--	19.981.355,93	--	
Receitas Primárias(I)	15.717.200,49	13.706.304,03	--	19.468.000,00	--	19.238.679,25	--	19.353.571,43	--	19.526.271,19	--	
Despesa Total	15.263.237,44	14.068.761,54	--	19.880.000,00	--	19.693.396,23	--	19.808.035,71	--	19.981.355,93	--	
Despesas Primárias(II)	15.020.334,77	13.957.196,55	--	19.700.000,00	--	19.533.018,87	--	19.646.428,57	--	19.817.796,61	--	
Resultado Primário(III)=(I-II)	696.865,72	-250.892,52	--	-232.000,00	--	-294.339,62	--	-292.857,14	--	-291.525,42	--	
Resultado Nominal	0,00	621.572,20	--	238.355,29	--	94.339,62	--	89.285,71	--	84.745,76	--	
Dívida Pública Consolidada	0,00	909.522,06	--	1.000.000,00	--	1.037.735,85	--	1.071.428,57	--	1.101.694,92	--	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	621.572,20	--	800.000,00	--	849.056,60	--	892.857,14	--	932.203,39	--	

Metodologia de cálculo dos valores constantes

2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valor Corrente X 1,1707	Valor Corrente X 1,1067	Valor Corrente X 1,0000	Valor Corrente/1,0600	Valor Corrente/1,1200	Valor Corrente/1,1800

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoreroiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS NEVES  
Prefeito Municipal

EUDINE MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO art.4º,§2º,inciso II da LRF

Município						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2014	%	2015	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	1.749.810,17	100,00	3.967.032,68	100,00	4.718.867,03	100,00
TOTAL:	1.749.810,17	100,00	3.967.032,68	100,00	4.718.867,03	100,00

Regime Previdenciário						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2014	%	2015	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS  
Prefeito Municipal

EUDINEI MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp.Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS art.4º,§2º,inciso III da LRF

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2014 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2013 (d)	2014 (e)	2015 (f)
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO:	$g=(a-d)$	$h=(b-e)+g$	$i=(c-f)+h$
	0,00	0,00	0,00

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS  
Prefeito Municipal

EUDINEI MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURAES  
Resp.Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

VII ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA Art. 4º, §2º, inciso V da LRF

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
IPTU	Isenção Caráter não geral	CONSTRUÇÃO CASAS POPULARES	1.000,00	2.000,00	2.000,00	ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS TRIBUTÁRIAS
ISSQN	Isenção Caráter não geral	CONSTRUÇÃO CASAS POPULARES	1.000,00	1.000,00	2.000,00	ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS TRIBUTÁRIAS
ISSQN	Isenção Caráter não geral	INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO	3.000,00	4.000,00	4.000,00	EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA
TOTAL:			5.000,00	7.000,00	8.000,00	

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS NEVES  
Prefeito Municipal

BUDIMENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURAES  
Resp. Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO, Art. 4º, §2º, inciso v da LRF

EVENTOS	Valores Previstos para 2017
Aumento Permanente da Receita(a)	0,00
(-)Transferências Constitucionais(b)	0,00
(-)Transferências ao FUNDEB(c)	0,00
Saldo Final do Aumento permanente de Receita(I)=a-(b+c)	0,00
Redução Permanente de Despesa(II)	0,00
Margem Bruta(III)=(I+II)	0,00
Novas DOCC(e)	0,00
Novas DOCC geradas por PPP(f)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta(IV)=(e+f)	0,00
Margem Líquida de expansão de DOCC(V)=(III-IV)	0,00

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES  
Prefeito Municipal

EUDINEI MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
01	PODER LEGISLATIVO				
0001	PROCESSO LEGISLATIVO				
1001	Investimento para Instalação da Câmara Municipal	REALIZAÇÃO DE OBRA	UNIDADE	0,00	Urbana
1041	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1053	Aquisição de Imóveis	IMOOVEL ADQUIRIDO	UNIDADE	1,00	Rural e Urbana
1161	Aquisição de Móveis e Equipamentos Diversos	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1198	Participação em Cursos, Seminários, Convenções e Congressos	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2119	Despesa com Remuneração do Corpo Legislativo	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2198	Participação em Cursos, Seminários, Convenções e Congressos	DEMANDAS APRESENTADAS	PERCENTUAL	0,00	Rural e Urbana
2219	Manutenção das Atividades Assessoria Jurídica	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2319	Manutenção das Atividades da Secretaria da Câmara	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2320	Manutenção das Atividades Legislativas	ATIVIDADE MANTIDAS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2321	Contribuição Previdenciária do Legislativo ao RGPS	CONTRIBUIÇÕES EMPENHADAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
02	PODER EXECUTIVO				
0014	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO				
2037	Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2040	Despesas c/ Precatórios e Cumprimento de Setenças Judiciais	DIVIDAS EMPENHADAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2237	Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica Municipal	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0021	AÇÕES ADMINISTRATIVAS GERAIS				
1002	Construção, Ampliação, Reforma de Predios Administrativos	A DEFINIR	A DEFINIR	0,00	Urbana
1014	Aquisição de Veículos Automotores, Móveis e Equip.p/ Administração	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1035	Aquisição de Móveis e Equipamentos	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1037	Equipamentos Diversos p/ Gabinete do Prefeito	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1084	Manut. Programa Construção/Ref. Habitações p/ Carentes	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1088	Participação em Rateio de Consórcio Público	CONSÓRCIO MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1124	Aquisição de Veículos Automotores, Máquinas Pesadas, Móveis e Equip.	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM ADQUIRIDO	0,00	Rural e Urbana
1416	Construção/Ampliação Cemitério Municipal	CEMITÉRIO CONSTR/AMPLIADO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1914	Aquisição de Veículos Automotores, Máquinas Pesadas, Móveis e Equip.	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2005	Manutenção das Atividades de Fiscalização e Controle Interno	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2008	Manutenção de Convênio com Polícia Militar	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2009	Manutenção do Convênio com Polícia Civil	CONVÊNIO POLIC. MIL. MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2020	Obrigações Previdenciárias e Sociais Serv. Gerais - RGPS	OBRIGAÇÕES EMPENHADAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2036	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2060	Manut. de Contribuições a Associações de Apoio ao Município	CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	0,00	Rural e Urbana
2061	Manutenção Contribuições a Consórcios Municipais	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2137	Manutenção das Atividades do Setor de Patrimônio	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2167	Manutenção Atividades Sec. Mun. Assist. Comunidades Rurais	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2177	Manutenção Atividades Sec. Mun. Meio Ambiente e Rec. Minerais	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2187	Manutenção Atividades Sec. Obras e Assuntos Urbanos	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2267	Manutenção Atividades Fundo Municipal de Habitação Inter. Social	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2537	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2937	Manutenção Atividades Secretaria Diretos Humanos	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0031	CONTROLE FINANCEIRO				
1415	Amortização de Operação de Crédito e Parcelamento de Dívidas	DUVIDAS VENCIDAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2022	Pagamento de Despesas de Exercício Anterior	DESPESAS EMPENHADAS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2278	Encargos c/ Pagamento de Empréstimos e Parcelamento de Dívidas	PARCELAMENTOS VENCIDOS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2637	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Fazenda	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
3001	Juros da Dívida - Operação de Crédito - Pró-Vias Banco do Brasil S/A	AMORTIZAÇÃO	PARCELA	0,00	Rural e Urbana
3003	Juros da Dívida - Parcelamentos INSS	PARCELAS VENCIDAS	PERCENTUAL	0,00	Rural e Urbana
3102	Amortização da Dívida Interna - INSS	AMORTIZAÇÃO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
3202	Amort. da Dívida - Operação de Crédito - Pró-Vias Banco do Brasil S/A	AMORTIZAÇÃO	PARCELAS	0,00	Rural e Urbana
0040	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO				
2437	Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0058	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO EM GERAL				
1144	Aquisição de Equipamentos Serviços Telecomunicações	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2038	Despesa com Água, Luz, Telefone e Postal	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2257	Manutenção das Atividades das demais Secretarias Municipais	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0095	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR				
1082	Participação em Consórcio Intermunicipal de Saúde	CONSÓRCIO MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1085	Aquisição de Veículo p/ Transporte de Pacientes	VEÍCULO ADQUIRIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2025	Participação em Consórcio Intermunicipal de Saúde	CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	0,00	Rural e Urbana
2043	Participação em Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISRUN	CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	0,00	Rural e Urbana
2044	Participação em Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISNES	CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	0,00	Rural e Urbana





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2062	Despesa c/ Auxílio em Viagens p/ Tratamento de Saúde TFD	DEMANDAS APRESENTADAS	PERCENTUAL	0,00	Rural e Urbana
2534	Manutenção das Atividades da Saúde	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0112	PROMOÇÃO AGROPECUÁRIA				
1021	Construção/Ampliação Mercado Municipal	MERCADO MUNICIPAL CONSTR/AMPL.	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1043	Aquisição de Caminhões, Tratores e Máquinas Pesadas	VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIP.	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1050	Equipamentos e Material Permanente p/ Agricultura e Abastecimento	EQUIP.ADQUIRIDO	BEM ADQUIRIDO	0,00	Rural
2023	Manutenção de Contribuições a EMATER	CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÕES	0,00	Rural
2147	Manutenção Sec. Agricultura e Abastecimento	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural
0138	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE				
1011	Construção, Ampliação, Reforma de Unidades da Atenção Básica	REALIZAÇÃO DE OBRA	UNIDADE	0,00	Urbana
1051	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos	VEÍCULOS LEVES	VEICULO	0,00	Rural e Urbana
1111	Construção, Ampliação, Reforma de Postos de Saúde/ UBS	PRÉDIO CONST/AMPLIADO OU REFOR	OBRAS	0,00	Urbana
1153	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Saúde	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1162	Veículos e Equipamentos p/ Administração da Saúde	EWUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1414	Aquisição de Veículos, Máquinas.Móveis e Equip. p/ Atenção Básica	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2034	Manutenção das Atividades Estratégia Saúde da Família	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2054	Manutenção das Atividades da Saúde	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2064	Manutenção Atividades Estratégia Saúde Bucal	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2065	Manutenção da Atividade Agentes Comunitários de Saúde - EACS	PROGRAMA EACS MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2066	Manutenção da Unidades Básicas de Saúde	UNIDADES MANTIDAS	UNIDADES	0,00	Rural e Urbana
2070	Consumo de Água, Energia e Telefone - Predios Saúde	TARIFAS EMPENHADAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2071	Obrigações Previdenciárias e Sociais - Saúde	OBRIGAÇÕES EMPENHADAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2130	Manutenção da Administração da Secretaria de Saúde	SECRETARIA DE SAÚDE MANTIDA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2132	Manutenção Atividades Conselho Municipal de Saúde	CMS MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
0183	AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA PROMOÇÃO SOCIAL				
1054	Aquisição de Equip. e Material Permanente para a Promoção Social	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1714	Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamento p/ Adm, Assitencia Social	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2003	Manutenção das Atividades Administrativas da Assistencia Social	ATENDIMENTO	INDIVÍDUO	0,00	Rural e Urbana
0185	CRECHE				
1251	Aquisição de Equipamentos e Material Perman. para a Educação	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1314	Aquisição de Veículos Automotores, Móveis e Equip.Ensino Infantil	BEM OU MAT. PERMAN.	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2207	Fundeb - Remuneração dos Profissionais do Ensino Infantil	ADQUIRIDO			
2210	Manutenção das Atividades Vinculadas ao Ensino Infantil	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2310	Manutenção dos Bens e Serviços Vinculados ao Ensino	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0188	ENSINO REGULAR				
1003	Construção, Ampliação, Reforma de Prédios Escolares	REALIZAÇÃO DE OBRA	UNIDADE	0,00	Urbana
1151	Aquisição de Equipamentos e Material Perman. para a Educação	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1214	Aquisição de Veículos Automotores Móveis e Equip. Ensino Fundamental	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2010	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2073	Obrigações Previdenciárias e Sociais Serv. Educação - RGPS	OBRIGAÇÕES EMPENHADAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2107	Remuneração do Pessoal da Educação Geral	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2152	Manutenção Educação de Jovens e Adultos	EJA MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2168	Manutenção Atividades do Ensino Especial	ENSINO ESPECIAL MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2501	FUNDEB - Remuneração dos Profissionais do Magistério	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2502	FUNDEB - Remuneração dos Demais Profissionais da Educação	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0190	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR				
1004	Construção de Unidade de Educação Infantil - Escola Pró-Infância	REALIZAÇÃO DE OBRA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1150	Aquisição de Equipamentos e Material Perman. para a Educação	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2410	Manutenção dos Bens e Serviços Vinculados ao Ensino	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0208	AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA EDUCAÇÃO				
1114	Aquisição de Veículos, Móveis e Equip.p/ Adm. do Ensino	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1141	Aquisição de Veículos, Maquinhas e Equipamentos	VEICULOS LEVES	VEÍCULOS	0,00	Rural e Urbana
1351	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Educação	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2007	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2021	Consumo de Água, Energia, Telefone e Postal - Educação	TARIFAS EMPENHADAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2024	Apoio as Atividades do Ensino Médio	ENSINO MÉDIO APOIADO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2033	Manutenção das Atividades da Educação	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0224	DESPORTO AMADOR				
1015	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Esportivas	AMB. ESPORT. CONSTR/REFO/AMPL.	OBRA	0,00	Urbana
2277	Manutenção das Atividades Sec. Esporte. Lazer e Juventude	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0239	TRANSPORTE ESCOLAR				





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2110	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0247	DIFUSÃO CULTURAL				
1036	Equipamentos Diversos Serviços Culturais	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2046	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2074	Manutenção do Fundo de Prot. ao Patrimônio Cultural	FPPC MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2075	Manutenção Atividades Fundo Municipal de Turismo	FMT MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2076	Apoio a Realização de Festas Cívicas e Populares	FESTAS PROMOVIDAS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
0325	LIMPEZA PÚBLICA URBANA				
1089	Participação em Rateio Consórcio de Gestão de Resíduos Sólidos	ADESAO A CONSÓRCIO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2131	Participação em Rateio Consórcio de Gestão de Resíduos Sólidos	ADESAO A CONSÓRCIO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2197	Manutenção das Atividades das demais Secretarias Municipais	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0327	ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
1018	Construção, Ampliação de Rede de Eletificação Urbana	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Urbana
2031	Manutenção da Iluminação Pública Municipal	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Urbana
2160	Manut. de Contribuições a Entidades, Consórcios e Associações de Mun.	CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	0,00	Rural e Urbana
0348	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS				
1055	Aquisição de Equip. e Material Perman. para a Promoção Social - SUAS	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
1087	Aquisição de Equipamentos p/ Gestão Suas	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1112	Construção, Ampliação, Reforma de Edificações Públicas	PRÉDIO CONST/AMPLIADO OU REFOR	OBRA	0,00	Rural e Urbana
1814	Aquisição de Veículos Máq, Móveis e Equip.p/ Cadunico e Bolsa Família	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2028	Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF (CRAS)	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2029	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2041	Manutenção das Atividades de Gestão do SUAS - PAIF	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2072	Obrigações Previdenciárias e Sociais - Assistência Social	OBRIGAÇÕES EMPENHADAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2077	Manutenção Atividades da Equipe Volante	EQUIPE VOLANTE MANTIDA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2100	Manutenção das Atividades de Gestão do SUAS	GESTÃO SUAS MANTIDA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2102	Serviço Prot. e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	DEMANDAS APRESENTADAS	PERCENTUAL	0,00	Rural e Urbana
2111	Manutenção das Atividades da Gestão do Cadúnico e Bolsa Família	GESTÃO MANTIDA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2128	Manutenção das Atividades Finalísticas da Assistência Social	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2153	Manutenção das Atividades de Vigilância Socioassistencial	VIGILÂNCIA SOCIOASS. MANTIDA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2154	Manutenção da Capacitação dos Trabalhadores do SUAS	DEMANDAS APRESENTADAS	PERCENTUAL	0,00	Rural e Urbana
2155	Manutenção Atividades do Conselho Municipal Assistência Social - CMAS	CMAS MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO


CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2156	Manutenção Benefícios Eventuais	DEMANDAS APRESENTADAS	PERCENTUAL	0,00	Rural e Urbana
2728	Manutenção das Atividades Finalísticas da Assistência Social	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0428	ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL				
2067	Manutenção das Atividades do Transporte de Pacientes	PROGR. DE TRANSPORTES MANTIDO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2134	Manutenção das Atividades Média e Alta Complexidade	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0433	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
1012	Construção, Ampliação, Reforma p/ Vigilância em Saúde	REALIZAÇÃO DE OBRA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1514	Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para Vigilância	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2234	Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0447	ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
1016	Construção, Ampliação, Reforma do Sistema de Abastecimento de Água	A DEFINIR	A DEFINIR	0,00	Rural e Urbana
1048	Obras de Saneamento Básico	MÓDULO SANITÁRIO	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1134	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equip. Serv. Saneamento	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2247	Manutenção das Atividades Serviços Saneamento	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0471	AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SAÚDE - GESTÃO DO SUS				
2051	Auxílios Financeiros e Donativos a Pessoas Físicas	ATENDIMENTO	INDIVÍDUO	0,00	Rural e Urbana
2344	Manutenção das Atividades da Saúde	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0473	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA				
1614	Aquisição de Veículos Máquinas, Móveis e Equip. p/ Farmácia Básica	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2068	Manutenção Contribuição Farmácia Básica	CONTRIBUIÇÕES MANTIDAS	MESES	0,00	Rural e Urbana
2069	Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica	FARMÁCIA BÁSICA MANTIDA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2434	Manutenção das Atividades da Assistência Farmacêutica	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0474	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
1027	AQUISIÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS	REALIZAÇÃO DE OBRA	OBRAS	0,00	Urbana
1056	Aquisição de Equip. e Material Perman. para a Promoção Social - CMDA	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2032	Manutenção Fundo Municipal Diretos das Crianças e Adolescentes	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0478	SERVIÇO SOCIAL				
2837	Manutenção das Atividades Sec. Assistência ao Idoso	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0486	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL				
2045	Custeio das Atividades de Associações Comunitárias	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2328	Manutenção das Atividades Finalísticas da Assistência Social	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana




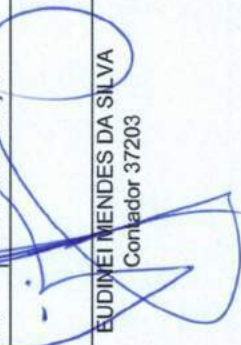



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
0523	CONSELHO TUTELAR				
1038	Equipamentos p/ Estruturação do Conselho Tutelar	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
1157	Aquisição de Equip. e Material Perman. para a Promoção Social - CMDA	BEM OU MAT. PERMAN. ADQUIRIDO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2027	Manutenção da Casa de Acolhimento da Criança e Adolescente	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2047	Manutenção do Conselho Tutelar	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0534	ESTRADAS VICINAIS				
2148	Manutenção das Estradas Vicinais do Município	ESTRADAS MANTIDAS	KM	0,00	Rural e Urbana
2347	Manutenção Atividades Secretaria Municipal de Transporte	SERVIÇO PUBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
0575	VIAS URBANAS E PRAÇAS				
1019	Construção, Ampliação, Reforma de Praças, Parques e Jardins	A DEFINIR	A DEFINIR	0,00	Urbana
1020	Construção, Ampliação de Calçamento e Pavimentação de Vias Urbanas	REALIZAÇÃO DE OBRA	UNIDADE	0,00	Rural e Urbana
2048	Manutenção da Sinalização de Vias Urbanas	SERVIÇO PUBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Urbana
0590	PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO				
2510	Manutenção da Merenda Escolar - Creche	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2511	Manutenção da Merenda Escolar - Pré-Escola	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2512	Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana
2513	Manutenção da Merenda Escolar - Mais Educação	SERVIÇO PÚBLICO OFERTADO	BEM OU SERVIÇO	0,00	Rural e Urbana

  
JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

  
NIXON MARLON GONÇALVES DAS NEVES  
Prefeito Municipal

  
EUDINEI MENDES DA SILVA  
Contador 37203

  
BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
ANEXO X - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2017

PASSIVOS CONTINGENTES		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Demandas Judiciais	25.000,00	Anulação Dotações Utilizando Reserva Contingência	25.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	15.000,00	Anulação Dotações Utilizando Reserva Contingência	15.000,00
Assunção de Passivos	60.000,00	Anulação Dotações Utilizando Reserva Contingência	60.000,00
SUBTOTAL:	100.000,00	SUBTOTAL:	100.000,00

DEMAIS RISCOS PASSIVOS		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Frustração de Arrecadação	1.600.000,00	Anulação de Dotações	1.600.000,00
Restituição de Tributos a Maior	3.000,00	Anulação Dotações Utilizando Reserva Contingência	3.000,00
Discrepância de Projeções	185.000,00	Anulação Dotações da Reserva Contingência e Outras	185.000,00
SUBTOTAL:	1.788.000,00	SUBTOTAL:	1.788.000,00

TOTAL:	1.888.000,00	TOTAL:	1.888.000,00
--------	--------------	--------	--------------

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS  
Prefeito Municipal

EUDINEI MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
I - RECEITAS Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				ORÇADA	PREVISÃO		
	2013	2014	2015	2016		2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES	13.119.295,97	14.109.112,16	13.734.112,76	17.887.200,00		18.707.000,00	19.882.000,00	21.129.000,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	478.973,96	445.929,17	245.956,08	417.000,00		305.000,00	323.000,00	342.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	83.208,20	101.741,36	144.032,32	183.000,00		163.000,00	173.000,00	184.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	57.013,43	128.487,68	165.069,75	132.000,00		202.000,00	211.000,00	220.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	41.000,00		41.000,00	44.000,00	47.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.433.546,09	13.402.560,42	13.127.207,16	17.087.800,00		17.729.000,00	18.848.000,00	20.036.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.554,29	30.393,53	51.847,45	26.400,00		267.000,00	283.000,00	300.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	98.200,00	1.133.335,98	496.685,00	4.030.200,00		4.087.400,00	4.344.000,00	4.618.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	200.000,00		200.000,00	213.000,00	227.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	80.000,00		80.000,00	85.000,00	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	98.200,00	1.133.335,98	496.685,00	3.750.200,00		3.807.400,00	4.046.000,00	4.301.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.547.923,14	-1.688.488,10	-1.680.886,56	-2.037.400,00		-1.919.400,00	-2.041.000,00	-2.169.000,00
TOTAL:	11.669.572,83	13.553.960,04	12.549.911,20	19.880.000,00		20.875.000,00	22.185.000,00	23.578.000,00

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS NEVES  
Prefeito Municipal

EUDINEIA MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - DESPESAS Art. 4º §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZAS DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA	PREVISÃO		
	2013	2014	2015		2017	2018	2019
DESPESAS CORRENTES	10.895.391,61	11.261.229,82	11.949.133,03	14.324.000,00	15.745.000,00	16.738.000,00	17.792.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.588.703,80	6.960.645,08	6.832.255,35	7.034.000,00	7.724.000,00	8.211.000,00	8.728.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	54.462,60	16.340,74	926,80	30.000,00	40.000,00	43.000,00	46.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.252.225,21	4.284.244,00	5.115.950,88	7.260.000,00	7.981.000,00	8.484.000,00	9.018.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.913.215,93	1.776.471,93	763.220,40	5.436.000,00	4.980.000,00	5.288.000,00	5.617.000,00
INVESTIMENTOS	1.622.532,47	1.585.327,69	663.338,50	5.286.000,00	4.750.000,00	5.044.000,00	5.357.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	113.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	290.683,46	191.144,24	99.881,90	150.000,00	130.000,00	138.000,00	147.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	120.000,00	150.000,00	159.000,00	169.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	120.000,00	150.000,00	159.000,00	169.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	12.808.607,54	13.037.701,75	12.712.353,43	19.880.000,00	20.875.000,00	22.185.000,00	23.578.000,00

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS NEVES  
Prefeito Municipal

EUDINE MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS(OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS)							
RECEITA TOTAL	11.612.559,40	13.425.472,36	12.384.841,45	19.468.000,00	20.393.000,00	21.676.000,00	23.041.000,00
RECEITAS CORRENTES	11.669.572,83	13.553.960,04	12.549.911,20	19.880.000,00	20.875.000,00	22.185.000,00	23.578.000,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	13.119.295,97	14.109.112,16	13.734.112,76	17.887.200,00	18.707.000,00	19.882.000,00	21.129.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	478.973,96	445.929,17	245.956,08	417.000,00	305.000,00	323.000,00	342.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	83.208,20	101.741,36	144.032,32	183.000,00	163.000,00	173.000,00	184.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	57.013,43	128.487,68	165.069,75	132.000,00	202.000,00	211.000,00	220.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	57.013,43	128.487,68	165.069,75	132.000,00	202.000,00	211.000,00	220.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00	44.000,00	47.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.433.546,09	13.402.560,42	13.127.207,16	17.087.800,00	17.729.000,00	18.848.000,00	20.036.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	66.554,29	30.393,53	51.847,45	26.400,00	267.000,00	283.000,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	98.200,00	1.133.335,98	496.685,00	4.030.200,00	4.087.400,00	4.344.000,00	4.618.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	213.000,00	227.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	98.200,00	1.133.335,98	496.685,00	3.750.200,00	3.807.400,00	4.046.000,00	4.301.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA DEDUÇÕES	-1.547.923,14	-1.688.488,10	-1.680.886,56	-2.037.400,00	-1.919.400,00	-2.041.000,00	-2.169.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	57.013,43	128.487,68	165.069,75	412.000,00	482.000,00	509.000,00	537.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	57.013,43	128.487,68	165.069,75	132.000,00	202.000,00	211.000,00	220.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	213.000,00	227.000,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS(OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS)	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00
DESPA TOTAL	12.463.461,48	12.830.216,77	12.611.544,73	19.700.000,00	20.705.000,00	22.004.000,00	23.385.000,00
DESPESAS CORRENTES	12.808.607,54	13.037.701,75	12.712.353,43	19.880.000,00	20.875.000,00	22.185.000,00	23.578.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.895.391,61	11.261.229,82	11.949.133,03	14.324.000,00	15.745.000,00	16.738.000,00	17.792.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.588.703,80	6.960.645,08	6.832.255,35	7.034.000,00	7.724.000,00	8.211.000,00	8.728.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.462,60	16.340,74	926,80	30.000,00	40.000,00	43.000,00	46.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.252.225,21	4.284.244,00	5.115.950,88	7.260.000,00	7.981.000,00	8.484.000,00	9.018.000,00
INVESTIMENTOS	1.913.215,93	1.776.471,93	763.220,40	5.436.000,00	4.980.000,00	5.288.000,00	5.617.000,00
	1.622.532,47	1.585.327,69	663.338,50	5.286.000,00	4.750.000,00	5.044.000,00	5.357.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	113.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	290.683,46	191.144,24	99.881,90	150.000,00	130.000,00	138.000,00	147.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	120.000,00	150.000,00	159.000,00	169.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	120.000,00	150.000,00	159.000,00	169.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	345.146,06	207.484,98	100.808,70	180.000,00	170.000,00	181.000,00	193.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	54.462,60	16.340,74	926,80	30.000,00	40.000,00	43.000,00	46.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	290.683,46	191.144,24	99.881,90	150.000,00	130.000,00	138.000,00	147.000,00
Resultado Primário:	-850.902,08	595.255,59	-226.703,28	-232.000,00	-312.000,00	-328.000,00	-344.000,00

JAKSON TEIXEIRA  
Tesoureiro

NIXON MARLON GONCALVES DAS NEVES  
Prefeito Municipal

EUDINEI MENDES DA SILVA  
Contador 37203

BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno





## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

\* (a) Refere-se ao valor da dívida consolidada líquida de 2013(0,00)

**JAKSON TEIXEIRA**  
Tesorero

**NIXON MARLON GONCALVES DAS NEVES**  
**Prefeito Municipal**

**EUDINEI MENDES DA SILVA**  
Contador 37203


**BETHÂNIA DA SILVA DURÃES**  
Resp. Controle Interno








PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)			821.832,53	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	821.832,53	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00
DEDUÇÕES(II)			260.187,82	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	1.643.766,09	600.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos A Pagar Processados	0,00	0,00	1.383.578,27	400.000,00	900.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA=(I-II):	0,00	0,00	561.644,71	800.000,00	900.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00

  
JAKSON TEIXEIRA  
Tesorreiro

  
NIXON MARLON GONCALVES DAS NEVES  
Prefeito Municipal

  
EUDINE MENDES DA SILVA  
Contador 37203

  
BETHÂNIA DA SILVA DURÃES  
Resp. Controle Interno